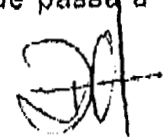


SADE VIGESA S.A.
CGC/MF nº 61.143.772/0001-77
NIRC 33.300.162.143
Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 1997

LOCAL E HORA - Na sede da Companhia, na Avenida Rio Branco nº 1, 4º andar, nesta Capital, às 9:30 (nove horas e trinta minutos). AVISO DE CONVOCAÇÃO - Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, edições de 21, 22 e 23/01/1997. QUORUM DE INSTALAÇÃO - Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) das ações com direito a voto, conforme assinaturas apostas no "Livro de Presença". MESA - Nelson Tanure, Presidente; Ronaldo Carvalho da Silva, Secretário. Esteve também presente o representante da Villas Rodil Auditores Independentes, o Sr. Silmar Marques Palumbo. FATOS OCORRIDOS - Na Assembléia ocorreram os seguintes fatos: 1º) os acionistas aprovaram o balanço patrimonial extraordinário da Companhia de 31/07/1996, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, edição de 24/01/1997; 2º) os acionistas tomaram ciência do teor do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, firmado entre a Companhia e a Inepar S.A. Indústria e Construções em 24/09/1996 e aditado em 28/11/1996, bem como dos demais atos e contratos relativos à alienação da participação acionária da Companhia na Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A.; 3º) os acionistas aprovaram o cancelamento de 16.482 debêntures emitidas pela Companhia nos termos de escritura de 26/06/1995, aditada em 24/07/1995 e 12/04/1996, que foram readquiridas pela Companhia; 4º) os acionistas presentes tomaram ciência da renúncia dos Srs. David Fischel, Bruno Marsi, Sócrates Mattoli, Celso Albano Costa, Sylvio de Castro, Leon Roberto Galdino Torresan e Humberto Sequeiros Rodriguez Tanure aos cargos de membros do Conselho de Administração, conforme cartas que se encontravam sobre a Mesa; 5º) Para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia os acionistas elegeram o Sr. Antonio Tavares Machado, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Avenida Prefeito Mendes de Moraes nº 1.200, aptº. 1.402, portador da carteira de identidade nº 836.996, emitida pela SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 039.363.845-68, passando o Conselho de Administração a ter a seguinte composição: NELSON TANURE, RONALDO CARVALHO DA SILVA e ANTONIO TAVARES MACHADO, todos com mandato até 23.08.97, nos termos da AGE de 23.08.95, e a remuneração constante da AGE de 25.04.95; 6º) os acionistas aprovaram a alteração da denominação social da Companhia para SV ENGENHARIA S.A. e, conseqüentemente, do artigo 1º do estatuto social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º - A SV ENGENHARIA S.A. é sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis."; 7º) os acionistas aprovaram a mudança da sede social para a Rua da Assembléia nº 10, grupo 3.611 (Parte); 8º) os acionistas presentes aprovaram a alteração do Capítulo III do estatuto social, que passa a



vigorar com a seguinte redação: "Capítulo III - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE Art. 9º - A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com os poderes conferidos por Lei e pelo presente Estatuto Social. Art. 10 - O Conselho de Administração será composto de até 6 (seis) membros, eleitos, entre acionistas residentes no País, pela Assembléia Geral, com o mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. § 1º Os membros do Conselho de Administração tomarão posse em reunião especial realizada dentro de 10 (dez) dias da data da Assembléia Geral que os eleger, quando indicarão dentre seus pares um para exercer a função de Presidente do Conselho. § 2º O mandato dos Conselheiros se estende até a posse dos novos Conselheiros eleitos pela Assembléia Geral. § 3º No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será indicado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral. § 4º O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente no último mês de cada trimestre civil, e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente. § 5º As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente. § 6º As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes. § 7º Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar e presidir suas reuniões, e o voto de qualidade no caso de empate na votação de matéria submetida ao Conselho. § 8º Das reuniões do Conselho serão lavradas atas no livro próprio assinadas por todos os presentes, e qualquer Conselheiro poderá requerer a inclusão em ata da justificativa de seu voto. Art. 11 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições legais: a) fixar a orientação geral dos negócios, os objetivos anuais a serem atingidos e a estrutura administrativa da Sociedade; b) eleger e destituir os Diretores da Sociedade; c) convocar a Assembléia Geral dos Acionistas; d) deliberar até o limite do capital autorizado sobre a emissão de ações da Sociedade; e) escolher e destituir os auditores independentes; f) fiscalizar a gestão da Diretoria; g) emitir parecer sobre relatórios e contas da Diretoria; h) autorizar a alienação de bens imóveis do ativo permanente e/ou a prestação de avais, fianças ou outras garantias a obrigações de terceiros; i) deliberar sobre a divisão da remuneração dos administradores da Sociedade, fixada pela Assembléia Geral; j) autorizar, "ad referendum" da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício, o pagamento de dividendos, com base em balanço anual ou intermediário; l) autorizar a participação da Sociedade em outras empresas; m) autorizar a venda de ações ordinárias ou quotas de sociedades controladas, subsidiárias ou coligadas; n) autorizar a aquisição de ações de emissão da Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação; o) deliberar sobre a emissão de "commercial paper", fixando-lhe as condições; p) deliberar sobre qualquer matéria não regulada neste Estatuto Social, salvo as que, por determinação legal, sejam de competência de Assembléia Geral. Art. 12 - A Diretoria será composta de 2 (dois) membros, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Art. 13 - Os membros da Diretoria têm amplos poderes de gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionem com o



objeto da Sociedade, agindo segundo as diretrizes e normas determinadas pelo Conselho de Administração, podendo, observado o disposto no Art. 11 e neste artigo, contrair empréstimos e financiamentos, adquirir, alienar e constituir ônus reais sobre bens e direitos da Sociedade. § 1º A Sociedade será obrigatoriamente representada, em suas relações externas pelos dois membros da Diretoria ou por um deles e um procurador com poderes especiais. § 2º Os mandatários "ad negotia" da Sociedade serão nomeados por procuração subscrita pelos dois Diretores, com prazo de validade não superior a 1 (um) ano, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do ato de mandato. § 3º Os mandatários "ad judicia" da Sociedade serão constituídos por procuração assinada por membro da Diretoria. § 4º Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósito bancário, inclusive mediante emissão de cheques ou ordem de pagamento, a Sociedade poderá ser representada em conjunto (a) pelos dois Diretores, (b) por um Diretor e um procurador ou (c) por dois procuradores. § 5º O endosso de cheques para depósito em conta bancária da Sociedade ou de títulos de crédito para cobrança simples em instituição bancária poderá ser feito por um Diretor ou um procurador. § 6º A Sociedade poderá ser representada por um Diretor ou procurador com poderes especiais perante repartições públicas, sociedades de economia mista, empresas públicas, e concessionárias de serviços públicos, (a) em atos que não importem na criação de obrigação para a Sociedade, (b) no cumprimento de obrigações tributárias, parafiscais e trabalhistas e (c) na preservação de seus direitos em processos administrativos. § 7º A representação ativa e passiva da Sociedade em Juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor designado pelo Conselho de Administração. Art. 14 - Ao término do mandato, os membros da Diretoria continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos seus sucessores. Parágrafo único. No caso de vaga na Diretoria, o Conselho de Administração será convocado para a eleição do substituto, dentro de 30 (trinta) dias"; 9º) os acionistas presentes aprovaram a consolidação do estatuto social, a saber: "Capítulo I - DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO Art. 1º - A SV ENGENHARIA S.A. é sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. Art. 2º - A Sociedade tem por objeto social a elaboração de projetos de engenharia, a fabricação e o fornecimento de equipamentos e sistemas, e execução de serviços de construção, montagem e assistência técnica para os seguintes setores de infraestrutura e indústria: a) geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; b) siderurgia, mineração e metalurgia; c) levantamento de carga; d) movimentação de materiais a granel; e) petróleo, química e petroquímica; f) portuário; g) metro-ferroviário; h) papel e celulose; i) saneamento básico e ambiental; j) telecomunicações; l) edifícios industriais, além de oferecer serviços de consultoria, gerenciamento e administração para as áreas acima, e comercialização, inclusive por representação, importação e exportação, e ainda participar de outras sociedades, empresas e consórcios. Parágrafo único. Os serviços técnicos de engenharia serão confiados a engenheiros diplomados e devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), e que assumirão a direção, execução e fiscalização de

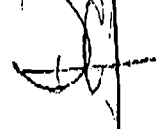


todos os serviços contratados com plena autonomia, na forma da Lei nº 5.194/66. Art. 3º - A sociedade tem sede, domicílio e foro na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado Rio de Janeiro, podendo, por deliberação do Conselho de Administração criar, encerrar e instalar sucursais, filiais, escritórios e estabelecimentos comerciais e industriais em qualquer parte do país ou do exterior. Art. 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. Capítulo II - CAPITAL E AÇÕES Art. 5º - O capital social é de R\$ 65.492.000,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e dois mil reais) dividido em 590.102.260 (quinhentos e noventa milhões, cento e duas mil, duzentas e sessenta) ações ordinárias nominativas e 990.000.000 (novecentos e noventa milhões) de ações preferenciais nominativas todas sem valor nominal. § 1º Independentemente de alteração estatutária a Sociedade está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 4.950.000.000 (quatro bilhões, novecentos e cinquenta milhões) de ações, divididas em ordinárias e preferenciais, obedecido o limite de 2/3 para estas últimas. § 2º Até o limite do capital autorizado o Conselho de Administração da Sociedade tem competência para deliberar sobre a emissão de ações, definindo: a) Se a emissão será pública ou particular; b) As condições de integralização em moeda, bens ou direitos, o prazo e o valor das prestações; c) As características das ações a serem emitidas, abrangendo quantidade, espécie, classe, forma, direitos, vantagens e restrições. Art. 6º - As ações são indivisíveis em relação à Sociedade, correspondendo um voto a cada ação ordinária nominativa. § 1º As ações preferenciais da classe existente não têm direito a voto, participando do lucro em igualdade de condições com as ações ordinárias e têm prioridade de reembolso, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade. § 2º Poderão ser emitidas ações preferenciais de uma ou mais classes, obedecido o limite legal. § 3º O número de ações existentes de qualquer classe ou espécie poderá ser aumentado ainda que decorra alteração da proporção existente entre elas, respeitados os limites legais. § 4º Os aumentos de capital decorrentes da conversão de debêntures serão formalizados, de conformidade com o art. 166 III, da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração e posterior ratificação pela Assembléia Geral Extraordinária, com relação aos debenturistas que tenham manifestado sua intenção, sem a necessidade do exercício do direito de preferência pelos acionistas. Art. 7º - No limite do capital autorizado, a Sociedade poderá: I - de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, com base em proposta do Conselho de Administração, e por deliberação deste, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou a sociedade sob seu controle; II - por deliberação do Conselho de Administração, emitir bônus de subscrição de ações do capital social, com ou sem direito de preferência para os antigos acionistas; § 1º A outorga de opção de compra de ações será lavrada em livro próprio e conterá: a) o número, a espécie, a classe e a forma das ações, e indicação do titular do direito de opção; b) o prazo ou a época para o seu exercício; c) o preço de aquisição das ações objeto da opção, ou os critérios de sua determinação. § 2º A deliberação sobre a emissão de bônus de subscrição estabelecerá: a) as condições de sua alienação ou atribuição pela Sociedade, inclusive eventual exclusão do direito



de preferência, nas hipóteses de colocação mediante a venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle; b) o número, a espécie, a classe e a forma das ações, objeto da emissão; c) os critérios de determinação do preço de emissão das ações, o prazo para o exercício do direito e os demais requisitos legalmente fixados para emissão de títulos. Art. 8º - Por deliberação do Conselho de Administração a Sociedade poderá negociar com as próprias ações nos termos da lei. Capítulo III - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE Art. 9º - A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com os poderes conferidos por Lei e pelo presente Estatuto Social. Art. 10 - O Conselho de Administração será composto de até 6 (seis) membros, eleitos, entre acionistas residentes no País, pela Assembleia Geral, com o mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. § 1º Os membros do Conselho de Administração tomarão posse em reunião especial realizada dentro de 10 (dez) dias da data da Assembleia Geral que os eleger, quando indicarão dentre seus pares um para exercer a função de Presidente do Conselho. § 2º O mandato dos Conselheiros se estende até a posse dos novos Conselheiros eleitos pela Assembleia Geral. § 3º No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será indicado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. § 4º O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente no último mês de cada trimestre civil, e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente. § 5º As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente. § 6º As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes. § 7º Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar e presidir suas reuniões, e o voto de qualidade no caso de empate na votação de matéria submetida ao Conselho. § 8º Das reuniões do Conselho serão lavradas atas no livro próprio assinadas por todos os presentes, e qualquer Conselheiro poderá requerer a inclusão em ata da justificativa de seu voto. Art. 11 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições legais: a) fixar a orientação geral dos negócios, os objetivos anuais a serem atingidos e a estrutura administrativa da Sociedade; b) eleger e destituir os Diretores da Sociedade; c) convocar a Assembleia Geral dos Acionistas; d) deliberar até o limite do capital autorizado sobre a emissão de ações da Sociedade; e) escolher e destituir os auditores independentes; f) fiscalizar a gestão da Diretoria; g) emitir parecer sobre relatórios e contas da Diretoria; h) autorizar a alienação de bens imóveis do ativo permanente e/ou a prestação de avais, fianças ou outras garantias a obrigações de terceiros; i) deliberar sobre a divisão da remuneração dos administradores da Sociedade, fixada pela Assembleia Geral; j) autorizar, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício, o pagamento de dividendos, com base em balanço anual ou intermediário; l) autorizar a participação da Sociedade em outras empresas; m) autorizar a venda de ações ordinárias ou quotas de sociedades controladas, subsidiárias ou coligadas, n.l.

sobre qualquer matéria não regulada neste Estatuto Social, salvo as que, por determinação legal, sejam de competência de Assembléia Geral. Art. 12 - A Diretoria será composta de 2 (dois) membros, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Art. 13 - Os membros da Diretoria têm amplos poderes de gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionem com o objeto da Sociedade, agindo segundo as diretrizes e normas determinadas pelo Conselho de Administração, podendo, observado o disposto no art. 11 e neste artigo, contrair empréstimos e financiamentos, adquirir, alienar e constituir ônus reais sobre bens e direitos da Sociedade. § 1º A Sociedade será obrigatoriamente representada, em suas relações externas pelos dois membros da Diretoria ou por um deles e um procurador com poderes especiais. § 2º Os mandatários "ad negotia" da Sociedade serão nomeados por procuração subscrita pelos dois Diretores, com prazo de validade não superior a 1 (um) ano, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do ato de mandato. § 3º Os mandatários "ad judicia" da Sociedade serão constituídos por procuração assinada por membro da Diretoria. § 4º Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósito bancário, inclusive mediante emissão de cheques ou ordem de pagamento, a Sociedade poderá ser representada em conjunto (a) pelos dois Diretores, (b) por um Diretor e um procurador ou (c) por dois procuradores. § 5º O endosso de cheques para depósito em conta bancária da Sociedade ou de títulos de crédito para cobrança simples em Instituição bancária poderá ser feito por um Diretor ou um procurador. § 6º A Sociedade poderá ser representada por um Diretor ou procurador com poderes especiais perante repartições públicas, sociedades de economia mista, empresas públicas, e concessionárias de serviços públicos, (a) em atos que não importem na criação de obrigação para a Sociedade, (b) no cumprimento de obrigações tributárias, parafiscais e trabalhistas e (c) na preservação de seus direitos em processos administrativos. § 7º A representação ativa e passiva da Sociedade em Juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor designado pelo Conselho de Administração. Art. 14 - Ao término do mandato, os membros da Diretoria continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos seus sucessores. Parágrafo único. No caso de vaga na Diretoria, o Conselho de Administração será convocado para a eleição do substituto, dentro de 30 (trinta) dias. Capítulo IV - CONSELHO FISCAL Art. 15 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes e que somente será instalado por deliberação da Assembléia Geral, nos casos previstos em lei. Parágrafo único. A Assembléia Geral que deliberar a instalação do Conselho Fiscal elegerá seus membros, fixando suas remunerações. Capítulo V - ASSEMBLÉIA GERAL Art. 16 - A Assembléia Geral, convocada na forma da lei reunir-se-á ordinariamente no curso dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social, e extraordinariamente quando os interesses da Sociedade o exigirem. § 1º Somente serão admitidos à Assembléia Geral os titulares de ações cujos nomes estejam inscritos no respectivo registro até 3 (três) dias antes da realização da Assembléia; § 2º As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de



Administração e, na ausência deste, por qualquer de seus membros, que convidará um ou mais acionistas presentes para servirem como secretários.

Capítulo VI - EXERCÍCIO SOCIAL Art. 17 - O exercício social corresponde ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, com base em balanço intercalar, serem declarados e pagos dividendos à conta do lucro apurado nesse balanço, bem como serem declarados e pagos dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Art. 18 - No encerramento de cada exercício social, a Diretoria fará

elaborar, as demonstrações financeiras do exercício e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação dos lucros do exercício. Art. 19 - Os lucros terão a seguinte destinação: a) até 5% (cinco por cento) para gratificação dos administradores, limitados ao valor legal permitido; b) 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; c) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado para os dividendos obrigatórios. § 1º Após a destinação acima estipulada o valor restante poderá ser atribuído: a) 25% (vinte e cinco por cento) à constituição de reserva para modernização do ativo operacional e investimentos fixos e desenvolvimento de tecnologia, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do capital social. § 2º Remanescendo saldo, este poderá ser distribuído como dividendo suplementar, bem como utilizado para atribuição aos empregados de participação nos lucros da Sociedade. Capítulo

VII - DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 20 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, devendo a forma de liquidação ser estabelecida pela Assembleia Geral que designará o liquidante e o Conselho Fiscal que funcionará durante a liquidação. Art. 21 - Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos na forma da legislação em vigor. QUORUM

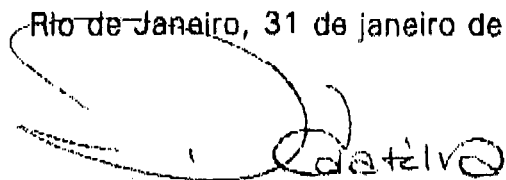
DAS DELIBERAÇÕES - As matérias objeto de deliberação foram aprovadas por unanimidade dos acionistas presentes, com as abstenções legais.

ENCERRAMENTO - Encerrados os trabalhos, foi lavrada a presente ata que lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. ASSINATURAS - Presidente -

Nelson Tanure, Secretário - Ronaldo Carvalho da Silva; Acionistas: p/SEQUIP INVESTIMENTOS S.A. e SEQUIP PARTICIPAÇÕES S.A. - Nelson Tanure.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1997.



RONALDO CARVALHO DA SILVA
Secretário